

**O “CAMINHO FUNDO”:
HISTÓRIA E SENTIDO DE PERTENÇA NA COMUNIDADE DO CIGANO,
(TRACUATEUA-PA, ENTRE COLÔNIA, IMPÉRIO E REPÚBLICA)¹**

Danilo Gustavo Silveira Asp²
Fabrício Rodrigues dos Santos³

RESUMO

O texto aborda o processo histórico, permeando questões identitárias e de territorialidades, em meandros do movimento social e em torno da construção do sentido de pertencimento afrodescendente – remanescente de quilombolas – em comunidade rural, no interior do município de Tracuateua-PA., cidade limítrofe à Bragança, da qual emancipou-se em 1994. Geograficamente, está na Microrregião Bragantina, Nordeste Paraense – Amazônia oriental. Cronologicamente, entre Colônia, Império e República, estuda-se a trajetória de ocupação das terras, hoje reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares (FCP), a partir de um dado espaço do *sertão amazônico*. Ainda é possível localizar um trecho do antigo “caminho fundo”: uma trilha por entre as matas, que de tanto os negros trafegarem por ali, o chão afundou-se. Na Comunidade do Cigano, distante cerca de 5 km da “sede” tracuateuense, assenta-se a Associação Remanescente Quilombola do Cigano (ARQUIC), presidida por Oscimar Herminio Ribeiro, filho de Atanásia Herminia Ribeiro, descendentes de negros cativos que fugiram da escravidão e se alojaram no território conhecido atualmente como Jurussaca e espriaram-se pelos arredores circunvizinhos. Neste íterim, múltiplos atores sociais engendraram suas vivências em contato com esse caminho: linhagens ameríndias, escravos, forros, libertos, livres, cafuzos, mamelucos, ciganos, ribeirinhos, caboclos, agricultores familiares, pescadores, caçadores. Enfim, à memória dos sujeitos, o contexto de ocupação do espaço abarca grande diversidade de cenários naturais, mas igualmente paisagens antrópicas, palcos de diversificadas relações étnicorraciais e culturais: sertão amazônico, campos inundáveis, manguezais, praias, ilhas, matas, capoeiras; mas também sesmarias da coroa portuguesa, aldeias indígenas, mocambos, acampamentos ciganos, comunidades extrativistas e, finalmente, áreas de remanescentes “calhambolas”.

Palavras-chave: História. Tracuateua-PA. Comunidade do Cigano. Remanescentes quilombolas.

ABSTRACT

It addresses the historical context, permeating the identity and territorial issues, in meanderings of the social movement and around the construction of the afro-descendant sense of belonging - remnants of quilombolas - in a rural community, in the interior of the municipality of Tracuateua-PA. It is a city bordering Bragança, from which it was emancipated in mid-1994. Spacially, one is in the Bragantina Microregion, Northeast Paraense - Eastern Amazon. Chronologically, between Cologne, Empire and Republic, we study the historical route of land occupation, now recognized by the Palmares Cultural Foundation (PCF). In these, it is still possible to locate a section of the old "deep way": a trail through the woods, that as much the blacks traffic there, the ground sank. In the Cigano Community, five

¹ O presente artigo ao mesmo tempo engloba mas também advém da participação de um dos autores, Danilo Gustavo Asp, no Projeto “Quilombolas do Cigano & Equidade Racial: história, educação e políticas públicas (Tracuateua/PA)” elaborado pelo mesmo, proposto através da Associação Remanescente Quilombola do Cigano (ARQUIC), em parceria com a Escola Municipal “Odilon Iolanda Pontes, contemplado no Edital “Gestão Escolar para Equidade Racial – Juventude Negra”, disponibilizado pelo Fundo Baobá (Instituto Unibanco) em parceria com a Universidade Federal de São Carlos, 2015-2016.

² Especialista em Educação para Relações Étnico-Raciais, pela Universidade Federal do Pará, *Campus* do Guamá (2016). Licenciado em História, pela Universidade Federal do Pará, UFPA – *Campus* de Bragança (2015). Professor Ensino Médio (SEDUC/1ª URE). (asp.gustavo@gmail.com).

³ Mestre em Linguagens e Saberes na Amazônia, 2017 (PPGLSA/UFPA/Campus de Bragança). Especialista em Educação Social para a Juventude, 2011 (UEPA); Graduado em Letras/Língua Portuguesa, 2007 (UVA/CE). Professor Ensino Fundamental (SEMED/Tracuateua), (fabricao_beoto@hotmail.com).

kilometers away from the tracuateuense "sede", the Quilombola Cigano Remnant Association (ARQUIC), presided over by Oscimar Hermínio Ribeiro, son of Athanasia Hermínia Ribeiro, descendants of black captives fleeing slavery and lodged in the territory known today as Jurussaca and spread out around the surrounding area. In the meantime, many social actors engendered their experiences in contact with this path: Amerindian lines, slaves, liners, freedmen, freemen, cafuzos, mamelucos, gypsies, river dwellers, caboclos, family farmers, fishermen, hunters. Finally, to the subjects' memory, the context of space occupancy encompasses a great diversity of natural scenarios, but also anthropic landscapes, stages of diverse racial and cultural ethnic relationships: Amazonian backlands, floodplains, mangroves, beaches, islands, forests, capoeiras; but also sesmarias of the Portuguese heart, indigenous alleys, mocambos, gypsy camps, extractive communities and, finally, areas of remnants of "calhambolas".

Keywords: History. Tracuateua-PA. Community of the Gypsy. Remaining quilombolas.

APRESENTAÇÃO: RAÍZES DA LIBERDADE

Encontrei pedra lascada do tempo do avô,
 Toda ela bexigada, era de Omulum, sim, senhor.
 No caminho tinha velame, senza e palha, tinha epó...
 Cruzei com almas santas, me benzi – salve adotô!
 Senti frio e senti fome, dormência me abraçou,
 Mil anos correram breves, minutos que não passou.
 A morte virou vida e a vida se renovou.
 Cajado batia a terra, era de Omolum, sim, senhor.
 Salve, Lázaro! Salve, Roque! Salve quem muito viveu.
 Xarxará abriu caminho, o sol até se escondeu.
 A peste que era praga agonizava e gemia,
 Na multidão que sofria aos pés desse Senhor.
 Omolum, velho cansado, das dores do mundo cruel,
 Enlaça a vida na morte e a morte é ponte pro céu.
 Na lavoura da provação, quem semeia semente pura.
 Do velho recebe a cura e se purifica na dor.
 Que assim seja!

(ORAÇÃO DE OMOLUM OBALUAÊ, *Tenda Tupinambá*)

“Caminho fundo” abarca a trajetória histórica de ocupação do espaço físico e social, em determinada área da Amazônia Oriental, no Nordeste paraense, mais especificamente na Região Bragantina, no interior do município de Tracuateua. Pontualmente, se trata da localidade rural, atualmente conhecida como Comunidade do Cigano, cujas coordenadas geográficas são: S 01° 03' 11.8" / W 046° 54' 27.4" (margem de erro: + ou - 3m).

Tracuateua, por seu turno, trata-se de município novo do ponto de vista administrativo pois sua criação data da década de 1990, no entanto, possui muitas comunidades interioranas – zona rural – entre campos naturais e regiões de colônia. A cidade também se caracteriza por enormes riquezas naturais e grande biodiversidade. Sendo banhada pelo Oceano Atlântico no litoral norte, tem lindas praias, incontáveis igarapés, muitos manguezais, campos alagáveis, ilhas, matas, rios e intensas atividades extrativistas, como caça, pesca, coleta de crustáceos,

enorme criação de animais, sobretudo gado bovino e bubalino, extração mineral em duas pedreiras. Todavia, seu ponto alto, economicamente falando, é a agricultura familiar, onde destaca-se, além da farinha de mandioca, o feijão e o tabaco. Também é forte no município a piscicultura. Culturalmente a cidade se destaca, dentre outras coisas, pela Marujada de São Benedito e São Sebastião, e presença de comunidades quilombolas, reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares, como Jurussaca (SILVA, 2014), onde ocorre a Festa de Todos os Santos (REIS, 2016); e a comunidade do Cigano, foco deste estudo, na qual, outrora, acontecia a Festa de São Francisco das Chagas,⁴ santo do qual era devota Dona Atanásia Hermínia Ribeiro (*1914-1980+), mãe de Oscimar Hermínio Ribeiro, Presidente da ARQUIC. Além destas, já reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares, o município conta ainda com a presença de outras “terras de negros”, com a Pontinha (SANTOS, 2017), a comunidade do Torre (RIBEIRO, 2018, [no prelo]), e Campo Novo.⁵

É de bom alvitre explicar que a outrora *tradicional*, mas agora não mais praticada Festa de São Francisco das Chagas da Comunidade do Cigano foi celebrada durante 25 anos. Segundo Seu Hermínio, a devoção de sua genitora ao *padroeiro dos animais* teve início no ano de 1954 e as comemorações iniciaram-se a 4 de outubro daquele ano. Consta que a festa durava 3 dias, com comidas típicas, bebidas e beberagens, levantamento de mastros, ladainhas e muita dança. A origem desta festividade está marcada por um momento trágico. De acordo com a fonte, em 1940, Hermínia estava torrando farinha em sua ‘casa de forno’ quando houve um incêndio. Resultou do sinistro que a Senhora ficou muito doente e que as queimaduras fizeram com que seus braços ficassem colados ao tronco do corpo e, assim permaneceram por 10 anos, segundo os relatos, causando muita dor e sofrimento. Sem embargo, por volta de 1950, aproximadamente, Dona Atanásia decidiu fazer uma promessa ao fundador da Ordem Mendicante dos Frades Menores, garantindo-lhe que, se fosse curada, realizaria a festa para homenageá-lo todos os anos, no mês de outubro, até o fim de sua vida. E assim aconteceu. Em 1954, durante a noite ela teve um pesadelo, no qual era atacada por uma alcateia. Durante a agonia do sonho, ao sobressaltar-se despertando, o movimento brusco gerado pelo susto fez com que a Atanásia Hermínia Ribeiro tivesse seus membros superiores descolados do corpo. Houve um tempo durante o qual foi vítima de sangramento e outras sequelas mas, enfim,

⁴ Consta que São Chico de Assis recebeu as chagas de Jesus no final de sua vida, no alto de um monte, num momento de intensa e profunda oração, sendo que tal recebimento é comemorado solenemente no dia 17 de setembro. (SILVA; CÂMARA, 2016, pp. 187-201).

⁵ Na comunidade do Campo Novo, em Tracuateua, existe a Associação Remanescente Quilombola do Campo Novo. A área ainda não foi demarcada e, tampouco, a Comunidade foi reconhecida pela FCP até o presente.

curou-se. Manteve a promessa organizando a festividade em louvor de São Francisco das Chagas até o ano de falecimento, em 1980 (BRASIL, 2013 [mimeo]).

Retomando a contextualização histórico-geográfica do município de Tracuateua, este dista aproximadamente 200 quilômetros da capital do Estado, Belém, e cerca de 20 km de Bragança, do qual é limítrofe. Seu núcleo urbano (conhecido como “sede”) está localizado às margens da BR 308. Foi desmembrado de Bragança e criado pela Lei nº 5.858 de 29 de setembro de 1994, sendo sancionada pelo então governador estadual Carlos Santos.

Enquanto localidade, algumas literaturas dizem que Tracuateua tem seu histórico social diretamente relacionado à instalação da ferrovia Belém-Bragança, em finais do século XIX e início do XX, momento em que o seu atual núcleo urbano central era um pequeno entreposto ferroviário, denominado então de, simplesmente, Povoado, as vezes reconhecido com “Bem do Rio” (SIQUEIRA, 2008, p. 64-78). Sendo que, na primeira metade do século 20, e até desativação da E.F.B., em meados de 1960, a cidade era tida e havida como Distrito de Alto Quatipuru, pertencente à Bragança (divisão territorial 31-XII-1936 e 31XII-1937), passando, portanto, a ser, oficialmente Tracuateua, somente a partir de 1938, pelo Decreto-Lei Estadual nº 3131, de 31-10-1938 (BRITO, 2017).

De acordo com dadas bibliografias (SIQUEIRA, 2008), o marco inicial do povoamento da localidade foi a construção da Estrada de Ferro de Bragança (E.F.B.), iniciada em 1883, em Belém, e finalizada em 1908, com a chegada dos trilhos em Bragança.

Segundo Maria do Socorro Magalhães, a cidade constituiu-se a partir de terras desmembradas do município de Bragança, em 1936 (MAGALHÃES, 2016 [mimeo]). Todavia o ‘lugar’, hoje, é a cidade de Tracuateua, para aqueles, foi “criado” pelos *cassacos*, sujeitos que trabalhavam na instalação dos trilhos e, conforme a obra avançava lentamente rumo à Pérola do Caeté, juntamente com suas famílias, iam se instalando em torno da ferrovia, organizando assentamentos e promovendo a ocupação/colonização de áreas antes inabitadas. Também, seriam eles que preservariam a estrada de ferro, dedicando-se ao árduo trabalho de manutenção e funcionamento da ferrovia.

Segundo alguns autores, foram justamente estes pioneiros que primeiro chamaram o lugar de Tracuateua, devido a presença de enorme quantidade de uma espécie de formiga negra de nome tracuá. Segundo Maria Helena de Aviz dos Reis, Tracuateua na língua *tupi* significa “terra abundante de tracuás”.⁶

⁶ Tracuá é um cipó da família das Tráceas (*Philodendron Miymecotrilun* Engel). É uma planta epífita: raízes aéreas tendentes e delgadas muito compridas. Habita os ninhos das formigas também chamadas de Tracuás (SEPOF, 2013).

De acordo com esta pesquisadora:

[...] a origem do município está relacionada com a fundação do povoado de Tracuateua, que surgiu com a Estrada de Ferro de Bragança, a qual teve sua construção iniciada em 24 de junho de 1883, época em que a Província do Pará era presidida pelo Visconde de Maracaju. Somente em 1908, depois de quase 25 anos do início da construção da Estrada de Ferro, é que foi inaugurada a parada de Tracuateua, constituindo a penúltima parada do trem antes de chegar ao seu destino final, que era a cidade de Bragança. As atividades econômicas que foram desenvolvidas à beira da ferrovia, mesclam o passado colonial dos negros fugidos e sua experiência nos quilombos com o desenvolvimento dos núcleos agrícolas que surgiram ao longo da Estrada de Ferro, formando outros núcleos de habitação com o objetivo do cultivo de feijão, arroz, mandioca, milho, tabaco. (REIS, 2014, p. 15).

Atualmente, a cidade de Tracuateua é comumente conhecida como *lugar* dos “Belos Ipês”, por ter uma rua com várias árvores desta espécie, que todos os anos na época da *florada* deixam o chão decorado com um tapete amarelo. Hoje em dia a árvore foi eleita símbolo municipal, e seu cultivo, plantio e disseminação pelas áreas municipais é incentivado pela Gestão atual.

Não obstante, frise-se que o espaço em questão, especificamente a Comunidade do Cigano, se refere ao lugar no qual se assenta a sede da Associação Remanescente Quilombola do Cigano (ARQUIC), onde reside atualmente seu Presidente, Sr. Oscimar Hermínio Ribeiro, 65 anos, aposentado, agricultor familiar, filho de Atanásia Hermínia Ribeiro – filha de escravos, segundo as fontes orais – e, cujo legado afrodescendente, remanescente quilombola e de matriz africana, o filho herdou e sustenta como bandeira identitária e símbolo de luta e resistência pela causa negra/quilombola na região.

Outrossim, veja-se que é dentro da propriedade deste sujeito, que um pedaço, um trecho do percurso do “caminho fundo” ainda remanesce, persistindo intacto debaixo do mato de capoeiras de segunda geração, que cresceram sobre a trilha, após o desuso, que se configurou, sobretudo, com a construção do Ramal dos Aruns (conhecido na linguagem coloquial com “Zarú”),⁷ a estrada de piçarra que atualmente liga a comunidade ao núcleo urbano da cidade, passando pelo Igarapé da Mucura.

Por outro lado, o “caminho fundo” permeia a história de vida de inúmeros outros sujeitos afrodescendentes, como “Pé de Pedra”, “Dorme em Pé”, Izidoro, “Pai Francisco”, Dona Cecília, Dona Maria, “Pocoroca”, “Pau Preto”, Mãe Mariana, “Rapadura”, Domingos de Shinã, Oscimar Fernandes, Bruno Casemiro, Hermínio Ribeiro, “Bagana”, linhagens como os Sarrentos, os Canhotos, e os descendentes indígenas da estirpe Aruns, dentre outros, fazem

⁷ Interessante notar que, não obstante as diferentes pronúncias usuais ao termo, não foi possível até o momento identificar nenhuma etnia indígena, nação, língua ou “tribo” relativa a esta nomenclatura.

parte do bojo dos atores sociais que outrora trafegaram pelo “caminho fundo” (que, explique-se, de tanto os negros caminharem por ali a terra foi se afundando paulatinamente com o passar das décadas). Provavelmente, este caminho esteja ligado às antigas trilhas percorridas pelos camboeiros através do sertão amazônico no período colonial, muitas vezes trasladando gado rumo ao Marajó e mercadorias, dentre elas, escravos (SALLES, 2005, p. 65).

Tal topônimo diz respeito a uma trilha, que existe nas terras demarcadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP), e que, de acordo com a oralidade, resiste no tempo há aproximadamente quatro gerações, sendo, portanto, para lá de centenário este caminho. Contudo, o mesmo servirá de proscênio à ilustrar as sucessivas fases de ocupação do espaço em pauta, e as idiossincrasias pertinentes à história do lugar e de sua gente: a luta pela terra e pela liberdade, as estratégias de sobrevivência e as dificuldades de manutenção da identidade negra frente ao contraste negativado, existente entre as políticas públicas afirmativas e as práticas empíricas da administração governamental.

Nesta messe, observa-se a subsistência familiar flutuando entre o extrativismo, caça, pesca, produção de farinha e agricultura familiar, fabrico de beijus variados, coleta de açaí etc., em contraste com a migração das novas gerações para fora da comunidade. Tal êxodo se configura perante a falta de emprego, a ausência do estado na negativa de políticas públicas na comunidade, poucas opções de entretenimento sobretudo aos jovens, a renda familiar escassa, a desnutrição dos recursos naturais, todo um contexto que gera, indubitavelmente, fracas perspectivas para um futuro promissor ao se permanecer na comunidade.

Além disso, há a dificuldade de se auto reconhecer negro, pela a premência ideológica de um bloqueio social à identificação negra/quilombola, devido em grande medida ao estigma da escravidão, mas também cavada no lastro do projeto de branqueamento do Brasil, e da fictícia “democracia racial”, eivada no curso da miscigenação, resultante no abantesma *apardamento* do povo.

Nota-se que este bojo se avulta frente à vontade e a necessidade da preservação da história, da memória, da cultura, da religiosidade, os hábitos e costumes, enfim, das raízes negras que se ensejam no seio da associação de Remanescentes Quilombolas, representadas por suas práticas e por sua atuação junto ao movimento social na atualidade. Portanto, de antigas aldeias indígenas, de acampamentos de ciganos, de sesmarias da Coroa portuguesa até esconderijo de escravos fugitivos e a formação do quilombo, uma rica memória prescinde de registro para preservação histórica e incentivo ao orgulho de ser negro frente ao imenso cabedal que este povo contribuiu para a construção do Brasil, conformam as linhas mestras que conduziram a elaboração deste artigo.

1. INVESTIGAÇÃO, DEBATE: SENTIDO DE PERTENÇA E MOVIMENTO SOCIAL

Proporcionar, instigar e fomentar, através do conjunto de atividades empíricas abarcadas no bojo das ações, a formação identitária de caráter étnico racial para promover a inclusão social dos negros de forma crítica e autônoma, através do incentivo e da divulgação da cultura afro-brasileira local e da pesquisa/preservação da história/memória das raízes negras e quilombolas dos sujeitos sociais envolvidos na comunidade do Cigano, essa é a missão da Associação Remanescente Quilombola, ARQUIC, de acordo com o relato dos seus dirigentes e em conformidade com o estatuto da instituição.⁸

No conjunto destas orquestrações, estão ações afirmativas, tais como organizar um senso na Comunidade do Cigano, onde a pesquisa contemple e ampare a formação de um Arquivo de informações/Banco de dados, para elaboração de diagnóstico e cartografia social local. Igualmente, inclui a iniciativa de promover ciclos de atividades: palestras, debates, oficinas, exposições audiovisuais e outras. Da mesma forma, os protagonistas do pleito planejam produzir entrevistas filmadas bem como o registro fotográfico e filmico de todas as atividades desenvolvidas, para elaboração de Banco de imagens que alimentará uma exposição fotográfica e a produção de vídeo documentário curta metragem.⁹ Para além desse panorama, está a formação de grupo de estudos na Associação para fomentar a construção de saberes da religião e cultura afro-brasileira e para construção de saberes da história local sobre a escravidão e a relação com a agricultura familiar. Além disso, tem-se também no ensejo à composição de uma Coleção de Histórias locais sobre a cultura afro-brasileira da região para fundamentar a produção de artigos científicos e a edição de um livro.¹⁰

Os atores sociais em questão justificam esta gama de preocupações em função do afastamento da grande maioria dos moradores das práticas culturais ligadas a identidade negra, desenvolvidas no esteio da ARQUIC. Neste contexto, estão, por um lado, a necessidade de conhecer e divulgar a memória/história das raízes negras num cenário rural, com agricultura familiar e, por outro, o constrangimento compulsório frente a demanda promovida pela cultura urbana, “brancarana” (SALLES, 2005, p. 115), massificada nos meios

⁸ Entidade devidamente reconhecida e certificada pela Fundação Cultural Palmares: ID Quilombola 1.170, Processo FCP 01420.009495/2012-04, Data D.O.U FCP 24/05/2013. Sita no Ramal do Aruns nº 09, Comunidade do Cigano, Tracuateua/PA, CEP 68.647-000.

⁹ Ressalte-se que vídeo documentário “Equidade racial: educação quilombola em perspectiva”, dirigido por Danilo Gustavo Silveira Asp, produzido neste contexto, foi ganhador do Prêmio de “Melhor filme do Juri Popular”, no 3º Festival Internacional de Cinema do Caeté - III FICAA, 2016. (SEMED/ARQUIT, 2015).

¹⁰ Observa-se que os autores do artigo estão com um livro no prelo, intitulado, “Quilombolas do Cigano: história, educação e movimento social” [no prelo]. A publicação, organizada por ambos, será lançada no segundo semestre do ano corrente.

de comunicação da sociedade moderna. Ou seja, o orgulho de ser negro precisa, no entendimento dos sujeitos da pesquisa, ser despertado, incentivado, cultivado no âmbito da comunidade, para que o senso de pertencimento identitário possa vigorar em consonância com a realidade local. E, para tanto, os estudos e pesquisas culturais (arte, religião, esporte) tornem-se ferramentas imprescindíveis para, associadas às atividades educacionais, proporcionarem o sucesso do processo de maneira coerente e funcionalmente adaptado à vida dos sujeitos em torno da Associação.

A presença de eventos, como os acima descritos, e o conjunto de trabalhos e atividades organizados e planejados no seio do projeto da Associação, consistentemente, visam promover a interação, via estreitamento dos laços, e à aproximação dos sujeitos comunitários ao caráter coletivo da Associação, criando interesse participativo nas pessoas, posto que nessa orquestração, os mesmos serão também sujeitos produtores ativos no processo. E, a preservação da memória/história local será fundante no sentido de aproveitar este anseio, incluindo no seu bojo pesquisa e divulgação (historicização e publicação) para promover e levar a cabo a construção de conhecimentos de ordem étnico racial e sobremaneira, no que diz respeito às de cunho identitário e de fomento ao sentido de pertença.

Nesta seara, porém nos domínios teóricos e metodológicos, diga-se que muito além de uma história “vista de baixo”, ou mesmo de uma abordagem micro histórica, e ultrapassando as restrições inerentes ao materialismo histórico e dialético, ainda que imprescindíveis estes aportes se delineiem, ressalte-se que a análise documental é a coluna mestra nesta empreitada. E, por documentos, aqui não se os restringe apenas aos papéis arquivados, sejam em locais públicos ou privados, quer manuscritos ou impressos, mas também à fontes de natureza oral e material. E, por análise documental, reporte-se que as inferências e argumentações propostas emergem, sobretudo e principalmente, a partir do escrutínio das fontes, ou seja, as reflexões foram e serão elaboradas a partir daquilo que os documentos informam e permitem, portanto, elucubrar sobre.

Neste campo epistemológico, foi utilizado para embasamento das assertivas, o trabalho do historiador Ipojucan Dias Campos (CAMPOS, 2014, pp. 11-26; CAMPOS, 2017, pp. 17-44). De acordo com este, o foco da investigação recai, invariavelmente, sobre os sujeitos e seus movimentos, avançando por sobre o processual e não aceitando estruturalismo algum. Ou seja, com isto se quer dizer que dicotomias simplistas e generalizações reducionistas não se coadunam ao ensejo de se construir um conhecimento histórico onde a multiplicidade de durações concomitantes, e a diversidade de ritmos com que as diferentes ‘camadas’ do tecido social são tramadas – para emaranhar sua teia – não admitem subtrair a

relevância do mote direcional de tal estudo: o homem e seu movimento dinâmico pelo espaço histórico, em diferentes jogos, através de variados tempos (ASP, 2015, p. 22).

Portanto, o percurso trilhado abarca reflexões que giram em torno da cultura material, mas também de relações de força (GINZBURG, 2002); passa pela análise do discurso, porém igualmente adentra nas estratégias de sobrevivência/subsistência/resistência elaboradas pelos sujeitos na longa duração dos processos históricos, alicerçados culturalmente na mentalidade de determinados atores sociais, e reproduzindo-se (ou não) nas suas respectivas genealogias, ainda que os contextos particulares estejam marcados pelas transformações e rupturas de médio e curto prazo, de caráter econômico e político (BRAUDEL, 1969, pp.41-77).

Com efeito, acerca da categoria “análise do discurso”, que conseqüentemente perpassa pela análise documental, e sobre as relações de poder, Michel Foucault contribui em grande medida. Por exemplo, disse “[...] na vontade de verdade, na vontade de dizer esse discurso verdadeiro, o que está em jogo, senão o desejo e o poder?” (FOUCAULT, 1996, p. 20). Já no que tange à oralidade, cite-se a importância de Alessandro Portelli (1997, p. 16). Assim, note-se que ele asseverou: “o que se espera da história oral é que retire o povo da condição de ‘coisa’, possibilitando a ele que se movimente e fale por si mesmo” (PORTELLI, 2001, p. 26). Com efeito, portanto, o que se coloca, a partir das referências, é que, as relações de poder que rondam os jogos travados em torno das disputas epistemológicas costuma delegar falta de confiança, dúvida sobre tendenciosidade, suspeitas de imparcialidade, acerca dos saberes e conhecimentos que tem seu suporte na tradição oral, sobretudo enquanto esta é considerada como documento histórico. Todavia, por trás de papéis impressos, ou mesmo fontes manuscritas, escondem-se, sob sua aparente neutralidade-objetividade “tantas mentiras por omissão que revestem o erro de respeitabilidade” (ROCHA, *et al.*, 2013, p. 21).

Naquilo que diz respeito à análise dos objetos remanescentes da cultura material,¹¹ como documentos de pesquisa, o aporte metodológico se pauta em estudos na seara da arqueologia histórica,¹² com autores tais como Pedro Paulo Funari (2012, p. 15), e Solange Nunes de Oliveira Schiavetto (2002, p. 56), sendo que de acordo com esta, entendendo a ciência da cultura material como uma “(in) definição necessária” este aporte se torna fundamental para a compreensão do trânsito entre a produção da cultura material, as relações

¹¹ Frise-se que a Associação Remanescente Quilombola do Cigano possui grande acervo de objetos históricos, arqueológicos, nas suas dependências. Algo quase como um Museu informal.

¹² Destaque-se que o proponente Danilo Gustavo Silveira Asp foi Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), Coordenação de Ciências Humanas (CCH), Área de Pesquisa “Arqueologia Histórica”. (Período: de 2012 até 2015, número do processo: 136280/2012-9; Orientador: Dr. Fernando Luiz Tavares Marques, e coorientadora Dr.^a Maura Imazio da Silveira).

de poder e a construção do discurso em torno deste processo principalmente, no que tange à necessidade da descentralização deste (ASP, 2014), ou seja, nas palavras de Michel Foucault (1984) “a descolonização do pensamento”.

Ao se ligar teoricamente a decomposição do tempo histórico nas durações curtas, médias e longas, obviamente, se está aqui submergindo nas concepções elaboradas por Fernand Braudel (1969), sobre as quais teceu considerações em diversas obras suas.

Sobre o recorte temporal da pesquisa, o tempo ao qual se referem as cronologias mencionadas, que abrangem tanto o período colonial, quanto imperial e republicano, chegando até a história do tempo presente, é preciso explicar que em nenhum momento se está pretendendo abarcar a totalidade desta periodização, mesmo porque tal demanda é inexecutável no espaço de um artigo. Todavia, ao se reportar a esta sequência cronológica dos sistemas político-administrativos da América portuguesa, se o está fazendo para definir que momentos, acontecimentos e conjunturas, destes três períodos históricos são abordados no bojo das argumentações.

Sem embargo, do Brasil colônia muitas informações sobre o espaço em pauta, e o movimento dos sujeitos alvo deste estudo (afrodescendentes e linhagens ameríndias) chegam às mãos do historiador, que não os olvidou para construir reflexões acerca da ocupação do território em estudo. Portanto, se trata de observar enfaticamente a clivagem entre o espaço histórico e o tempo geográfico, no dizer de Lucien Febvre (2000, p. 65). Pois, são antigas aldeias, remotos acampamentos de ciganos, terras doadas por sesmarias, trilhas ancestrais, velhos caminhos de ida, mas também de retorno, de fuga, mas também de estabelecimento (COSTA, 2017).

Pertinente ao período Imperial é impossível escapar-lhe: o movimento de fugas de escravos e formação de quilombos é notório no oitocentos e as fontes abundam, sendo seu escrutínio fundamental para as arguições. Foi durante o século XIX, que muitos mocambos foram instalados no sertão da Amazônia oriental, no percurso entre a Ilha de São Luiz do Maranhão e a Freguesia de Nossa Senhora de Belém do Grão Pará, como bem apontaram Vicente Salles (op. cit.) e Edna Castro (2006).

No que tange aos séculos XX e XXI, no primeiro caso a oralidade é a fonte sobrepujante para as reflexões e, no segundo, chegar ao ponto presente é necessário, ainda que fugaz e parcialmente, para que no conjunto das análises, em relação ao contexto atual, suas idiosincrasias, estas que conduziram ao interesse pela pesquisa e possibilitaram a emersão do problema, possam ser ainda que minimamente elucidadas. Portanto, repita-se que não se trata de narrativas que intentem cobrir uma cronologia linear de três ou quatro séculos de história,

mas sim de destacar determinadas épocas de acordo com aquilo que as fontes permitam descortinar, tanto às particularidades conjunturais como às permanências dentro das transformações.

De acordo com as argumentações e em conformidade com a pesquisa, percebe-se, que os fugitivos das fazendas e engenhos, ao irem desbravando os territórios escolhidos para a criação de seus assentamentos de esconderijo, iam criando seus próprios territórios, caminhos e fronteiras, o que faz considerarmos que, muito além das fronteiras, limites e regiões citadas em mapas oficiais, temos aqueles *caminhos* criados por esses sujeitos, escravos fugitivos, índios, mestiços, caboclos, cafuzos, mamelucos, pardos, morenos, caraibas, livres, forros, libertos entre outros, ou seja, existem outros conceitos de territorialidade, de base dialética, para além daquele estabelecido pela instituição Estatal.

Dito de outra forma se trata de um percurso histórico destas territorialidades no nordeste paraense: de antigas aldeias indígenas, de acampamentos de ciganos, de sesmarias da Coroa portuguesa, instalação de empreendimentos coloniais, até esconderijo de escravos fugitivos e a formação de quilombos e mocambos, para enfim, na contemporaneidade, virarem comunidades “remanescentes” (RIBEIRO, 2018, [no prelo]).

Porto outro lado, é importante também, além de se pensar a respeito do percurso cronológico no qual as comunidades ocupadas por famílias descendentes de escravos que fugiram do cativo na região bragantina, percorreram até se tornarem então, comunidades “remanescentes”, investigar igualmente sobre o trajeto espacial-geográfico percorrido pelos sujeito até se instalarem nos lugares que ocupam atualmente. Assim sendo, pensar a respeito dos “caminhos negros” (AMARAL, 2014, p. 81) percorridos por eles é essencial.

Segundo Leonardo Milanes de Lima Leandro, a cidade de Bragança e as localidades por ela administradas, que se encontravam nos arredores, umas mais distantes do núcleo urbano e outras nem tanto, de fato se tratava de um “caminho” para se trasladar do Maranhão ao Pará, de São Luiz à Belém. *Caminho* este que em tempos mais remotos fora supostamente percorrido pelo Alferes Pedro Teixeira, numa passagem histórica ainda obscura,¹³ este que em 1616 fazia o trajeto do Forte do Presépio para o Maranhão por ordem de Francisco Caldeira Castelo Branco, a fim de entregar correspondência, e que em tal viagem, também supostamente, ao cruzar o Caeté obteve notícias da estada dos franceses por ali junto aos Tupinambás (o que confirmaria a estada do Senhor de *La Ravardière* pelas plagas bragantinas, segundo esta fonte apelidada então de “Benquerença”). Diga-se que neste

¹³ Segundo César Pereira, “Benquerença” significa que os índios “Caités” bem quiseram aos franceses. Ver em: PEREIRA, 1963, p. 11; 17; 45.

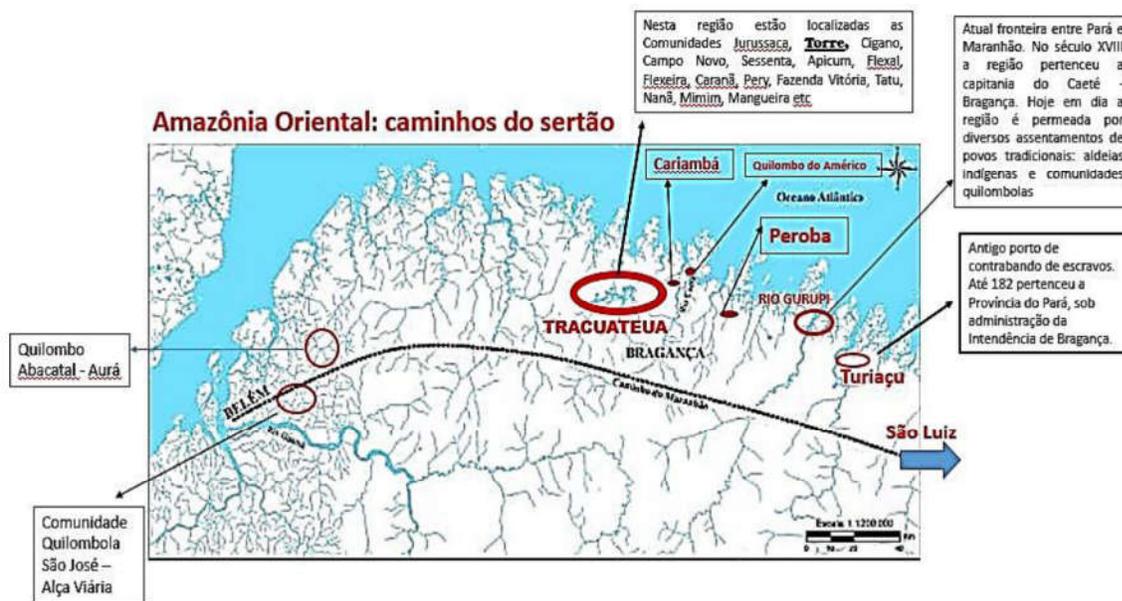
caminho percorria-se nos regatões e na cabotagem, nas trilhas no lombo dos animais, e por mar aberto em navios e outras embarcações. Sendo assim, o território hoje tracuateuense, estava inserido nesta rota, num trajeto que hoje se observa desde a migração de quilombolas da zona de Turiaçu alcançando Bragança, na localidade do Américo,¹⁴ por exemplo, seguindo até chegarem ao lugar atualmente denominado Jurussaca, e dali se espriando até outras comunidades, tais como Cigano, Pontinha, por exemplo, e finalmente, até o Torre.

De acordo com Leonardo Milanez de Lima Leandro:

O que importa [...] é reconhecer o papel desempenhado pelos grupos de agricultores familiares que se instalaram na região dos campos de Bragança considerando a necessidade de produção de alimentos para o abastecimento da Amazônia. Em que pese os embates históricos a respeito de sua permanência, e reconhecendo essa permanência e estratégias de resistência esses grupos ocuparam uma posição fundamental no estudo da ocupação da zona bragantina e seus desdobramentos [...]. (LEANDRO, 2010, p. 45-46).

Assim sendo, percebe-se que o amplo espaço do “sertão” amazônico no nordeste paraense foi trilhado por grupos de sujeitos com distintas intenções e por objetivos diversos, todavia, nem somente para levar ou trazer mercadorias etc. estes caminhos serviram, mas também conduziram as pessoas a lugares de assentamento, provisório ou definitivo, mesmo para aqueles que cruzavam o sertão da zona bragantina fugindo do cativo. A seguir veja-se no mapa abaixo, a localização aproximada de algumas das localidades aqui mencionadas.

¹⁴ A Comunidade do Américo está situada em território bragantino e, recentemente foi legalizada junto à Fundação Cultural Palmares como localidade Remanescente de Quilombolas. Diga-se, que tal ‘lugar’, geograficamente falando, encontra-se exatamente na rota que, supõe-se, determinara o ‘caminho’ que grupos de cativos em fuga percorreram, vindos de estabelecimentos agrários da região bragantina e ou do vale do Gurupi, que neste trajeto pequenos grupos iam se estabelecendo, mas outros prosseguiram a viagem, até chegar à Jurussaca, e ao Torre, por exemplo.



15

Portanto, através destes caminhos pelo sertão amazônico, caminhos também de fugas, não se formavam ou se criavam apenas mocambos e quilombos, mas era desenvolvida uma nova geografia espacial do lugar habitado por estes indivíduos, considerados pela elite social, como marginais. Ou seja, cria-se neste espaço do mocambo, uma compreensão territorial diferente das estabelecidas pelo Estado e pelas classes dominantes.

Sem embargo, foi possível destrinchar aqui, certo entendimento no rumo à compreensão acerca da trajetória histórica e social de comunidades quilombolas existentes no município de Tracueteua, em especial à do Cigano. Mote exigente, que prescinde o estabelecimento de uma perspectiva analítico-discursiva sobre suas práticas ancestrais e tradicionais, muito em função do contexto atual, forjado em grande parte no apelo da modernização, e suas ambiguidades inerentes. Contudo, como se viu, à realidade social construída e reconstruída cotidianamente no seio da comunidade quilombola, engendra-se habilmente suas relações de poder na senda da luta e da resistência, estratégias que permitem-lhes a permanência, mesmo perante rupturas drásticas. Portanto, são remanescentes culturais natos.

¹⁵ Fonte: adaptado de LEANDRO, Leonardo Milanez de Lima. *Campesinato e abastecimento na zona bragantina (1880-1960)*. Dissertação de mestrado defendida no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, da Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA, 2010. A linha tracejada, que cruza numa parábola horizontal o mapa, indica, grosso modo, o “Caminho do Maranhão”, segundo o autor, uma rota que foi utilizada pelos ‘camboceiros’ para conduzirem gados daquele estado até a Ilha do Marajó. A meio caminho entre São Luiz e Belém, está a ‘paragem de Bragança com a elipse’. Destaque-se que esta rota foi usada também, dentre outras coisas, tanto para o tráfico e contrabando de escravos, quanto para fuga do cativo e migrações de ameríndios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O LEGADO DA ANCESTRALIDADE

Assim sendo, Tracuateua é espaço histórico: milenares aldeias ameríndias; seculares quilombos afrodescendentes; comunidades ribeirinhas tradicionais; agricultores familiares. Vilas, lugarejos, matas, campos alagáveis, manguezais, praias, rios, igarapés e furos, locais onde caboclos, índios, negros, brancos e mestiços, pescadores, lavradores, coletores, artesãos, criadores de animais, lavadeiras, caçadores, artesãos rurais, apicultores, piscicultores, e uma plêiade de sujeitos sociais engendram e engendraram suas estratégias de sobrevivência neste amplo espaço, construindo a história desde muitos séculos. Nesse sentido é importante para o estudo em mãos caracterizar a cidade de Tracuateua atualmente, tanto espacialmente quanto historicamente, de acordo com o que foi efetivado acima.

Por outro lado, é importante tecer algumas considerações, a título de conclusão do artigo, todavia, sem pensar em colocar termo nos debates. Com efeito, o texto teve por objetivo principal abordar os aspectos identitário, culturais e históricos, no âmbito das Comunidades Quilombolas no município de Tracuateua no Estado do Pará. Trata-se de um município novo do ponto de vista administrativo posto possuir apenas em torno de 23 anos de emancipação política. Mas, todavia, esclareça-se que é lugar de habitação muito antigo, local onde escravos fugitivos se instalaram nos campos, matas e vales interioranos da região desde meados do século XVIII aproximadamente.

Sublinhe-se que em meio a este contexto, foi inaugurada recentemente no Município, no âmbito da Secretaria de Educação (SEMED), uma “Coordenação para equidade racial quilombola”, fator relevante para que as demandas sociais dos negros na cidade alcancem suporte institucional do poder público, entretanto que a conjuntura política local perpasse por relações de poder que podem se articular, na maioria dos casos, em detrimento das Comunidades Quilombolas locais. Neste interim, enfatize-se que Tracuateua possui em seu território, além da Comunidade do Cigano, várias destas, quais sejam: Açaiteua, Jurussaca, Cebola, Pontinha, Torre, Sessenta, Campo Novo, Ponta de Pedras e outras ainda indefinidas. Todas prescindem de mais pesquisa, sendo que algumas sequer tiveram iniciativas nesse sentido até o momento.

Portanto, as questões de identidade, a memória, a resistência e a territorialidade referente aos moradores da Comunidade do Cigano, enquanto legado de sua ancestralidade

ameríndia,¹⁶ africana¹⁷ e cigana,¹⁸ sobremaneira no que tange ao assunto étnico racial, referente à cultura negra, constituíram-se no fulcro determinante para as reflexões estabelecidas no texto em mãos.

Por último, parafraseando Marina Maluf, diga-se que não obstante a segmentação dos dados e informações ora apresentados, “lembranças incompletas de um passado anterior”, não se almejou em momento algum construir posição radical entre os fatos históricos que se pretendem à verdade científica, e a memória coletiva, que é comum e busca sempre ser formadora de identidade de grupo. No entanto, procurou-se reter do passado aquilo que está vivo, como um veículo de transmissão – tão leve quanto possível – capaz de transformar esses obstáculos na própria alavanca da interpretação e da compreensão. Portanto, opõe-se aqui a concepção homogênea do tempo, resistindo assim, peremptoriamente, a visão linear e estável, teleológica, da cronologia histórica. Considera-se adequado afirmar, então, que não se pode concentrar num único quadro a totalidade do passado, pois este, se trata de uma complexa urdidura de temporalidades distintas, mas coevas, coetâneas na diversidade, porém, ao mesmo tempo concomitantes na suas múltiplas durações.¹⁹

REFERÊNCIAS

AMARAL, Assunção José Pureza. “Caminhos negros e afrodescendência na Amazônia.” In: CAMPELO, Marilu Márcia; JESUS, Raimundo Jorge de; DEUS, Zélia Amador de. **Entre os rios e as florestas da Amazônia: perspectivas, memórias e narrativas de negros em movimento**. Belém: UFPA/GEAM, 2014.

ASP, Danilo Gustavo Silveira. “Dize-me o que comes e te direi quem és: O Sítio Histórico Salina dos Roque, Bragança/PA – Amazônia Oriental (1928 – 1999)”. In: **História e-História**. Revista Eletrônica da Universidade de Campinas/UNICAMP. Grupo de Pesquisa Arqueologia Histórica. Seção ‘Dos alunos’. ISSN 1807-1783. 14 de maio de 2014.

¹⁶ É comum se ouvir dizer que a nação tupinambá é a matriz ameríndia dominante para a composição étnica da região Bragantina. Todavia, de acordo com Silva, é bem provável que muitos elementos do tronco linguístico Macro Jê, como os tímbara e os kraô, tenham habitado, em dado momento, o território da atual Tracuateua. Cf. em SILVA, 2014, op. cit.

¹⁷ De acordo com fontes orais, alguns dos grupos de africanos que aportaram na região, via Porto de Itaqui no Maranhão, são de procedência sudanesa. Tal informação confere com dados apontados por Sales (2005, p. 71) que fala sobre povos banto, fanti-achanti, cabinda e angolanos. Este último, converge ao fato anotado por Silva, de que topônimos de angola são nomes de comunidades bragantinas (SILVA, op. cit., p. 17).

¹⁸ Quanto a presença cigana na região, a oralidade traz muitas menções a grupos de ciganos, liderados por mulheres que se instalaram no espaço tracuateuense no passado, a fim de trabalhar na lida com coco babaçu. Ainda de acordo com estas fontes, a Comunidade do Cigano deriva este nome não do povo cigano, mas de um pássaro silvestre homônimo que abundava então. Todavia a imprecisão destas informações, a bibliografia traz dados mais concretos sobre a presença deste povo na Amazônia oriental desde o tempo colonial. Ver em: SALLES (2005, op. cit. p. 115); SCHIMITT, (1990, p. 276-7); HOLANDA (1992, *passim*); CHAMBOULEYRON (2010, p. 47).

¹⁹ MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1995, p. 42-4.

_____. “Relações de Poder entre a Intendência de Bragança e a capital da Província, século XIX (1830-1895)”. In: CAMPOS, Ipojucan Dias (Org.). **Teias de Histórias: família, comércio e relações de poder (Bragança entre Império e República)**. Belém: Açai, 2014.

_____. **Alimentação e relações de poder na Intendência de Bragança** (Pará, 1830-1895). Monografia. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Licenciatura em História. Faculdade de História, Campus Universitário de Bragança, Universidade Federal do Pará. Bragança: UFPA, 2015.

BRASIL. Governo Federal. Projeto Rondon. “Comunidade do Cigano e a Festa de São Francisco das Chagas”. In: **Tracuateua em Cordel**. Operação Forte do Presépio. Autor: Oscimar Herminio Ribeiro. Editores: Fernando da Silva Ferreira Neto & Lenise Santos Oliveira. Belém: PMT/UFCSA, 2013, [mimeo].

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 1969.

BRITO, Regiane do Socorro da Cunha. **Escotismo e educação não-formal em Tracuateua/PA**. Monografia. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Licenciatura em Pedagogia, Faculdade Pan Americana, Instituto Missionário de Educação Superior. Capanema: FPA/IMESP, 2017.

CAMPOS, Ipojucan Dias (org.). **Bragança (PA): famílias, política e comércio**. São Paulo: Livraria da Física, 2017.

_____. “Introdução”. In: CAMPOS, Ipojucan Dias (org.). **Teias de histórias: famílias, comércio e relações de poder**. (Bragança entre Império e República). Belém: Açai, 2014.

CASTRO, Edna Maria Ramos de (org.). **Escravos e senhores de Bragança** (Documentos históricos do século XIX, Região Bragantina, Pará). Belém: UFPA/NAEA, 2006.

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial** (1640-1706). Belém : Açai, 2010.

COSTA, Raimunda Auxiliadora Santiago da. **Nos trechos da ferrovia: memórias e sociabilidades na Estrada de Ferro de Bragança** (Tracuateua/PA, 1955-1964). Monografia. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Licenciatura em História. Faculdade de História, Campus Universitário de Bragança, Universidade Federal do Pará. Bragança: UFPA, 2017.

FEBVRE, Lucien. **O Reno: história, mitos e realidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FUNARI, Pedro Paulo. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2012.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força: história, retórica, prova**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

LEANDRO, Leonardo Milanez de Lima. **Campesinato e abastecimento na zona bragantina** (1880-1960). Dissertação de mestrado defendida no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido da Universidade Federal do Pará (UFPA). Belém, 2010.

MAGALHÃES, Maria do Socorro Oliveira. “Projeto Consciência Negra: linguagem, cultura e identidade (Escola Odilon H. Pontes, Vila Socorro – Tracuateua/PA. 2009-15)”. In: **I Caderno de Estudos Étnico Raciais de Tracuateua**. Vol. 1, nº 1, abril/2016. Tracuateua: SEMED, 2016 [mimeo].

MALUF, Marina. **Ruídos da memória**. São Paulo: Siciliano, 1995.

PEREIRA, Benedito Cesar. **Sinopse da História de Bragança**. Belém: Imprensa Oficial, 1963.

PORTELLI, Alessandro. “O que faz a história oral diferente”. In: **Projeto História** Nº 14: Cultura e Representação. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universitária Católica de São Paulo. São Paulo, EDUC, 2001.

_____. **Tentando aprender um pouquinho**. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. In: Revista Ética e História. Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universitária Católica de São Paulo. São Paulo: EDUC, nº 5, 1997.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA-PA. Secretaria de Municipal de Educação, Coordenação para Equidade Racial Quilombola. Filme (vídeo-documentário institucional média metragem). **Equidade Racial: educação quilombola em perspectiva**. Tracuateua: PMT/SEMED/ARQUIT, 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BbHPER_AAI>>

REIS, Maria Helena de Aviz. dos. **Marujada de Tracuateua/PA: um olhar sobre as manifestações culturais e religiosas na Festividade de São Benedito e São Sebastião**. I Congresso Lusófono de Ciências da Religião. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa: maio, 2015.

_____. **Entre a “buscação” e a “deixação”**: a festa de todos os santos na Comunidade Quilombola de Jurussaca em Tracuateua-PA. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Centro de Ciências Sociais e Educação, Universidade Estadual do Pará. Belém: UEPA/CCSE/PPGCR, 2016.

RIBEIRO, Grasiely Tayenne das Chagas. **“Os Pretos do Torre”**: Identidade e resistência negra na Comunidade Quilombola do Torre em Tracuateua/PA (2008-2018). [No prelo]. Monografia. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Licenciatura em História, Faculdade de História, Campus Universitário de Bragança, Universidade Federal do Pará. Bragança: UFPA, 2018.

ROCHA, Maria Corina; RINCÓN, Mariana Blanco; BARBOSA, Muryatan Santana. **Síntese da coleção História Geral da África: pré-história ao século XVI**. Vol. I. Brasília: UNESCO / MEC / UFSCar, 2013, p. 20-1.

SALLES, Vicente. **O negro no Pará: sob o regime da escravidão**. Belém: IAP, 2005.

SANTOS, Fabrício Rodrigues dos. **Território e identidade quilombola em Tracuateua/PA: história, memória e afirmação cultural**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Saberes e Linguagens na Amazônia, Campus Universitário de Bragança, Universidade Federal do Pará. Bragança: UFPA/PPGLSA, 2017.

SCHIAVETTO, Solange Nunes de Oliveira. **A arqueologia guarani: construção e desconstrução da identidade indígena**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.

SCHIMITT, Jean-Claude. "A história dos marginais". In: LE GOFF, Jacques (org.). **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

SILVA, Jair Cecim da. **O português afro-indígena de Jurussaca/PA: revisitando a descrição do sistema pronominal pessoal da Comunidade a partir da textualidade**. Tese. Programa de Pós Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade de São Paulo (USP), Doutorado em Língua Portuguesa. São Paulo: USP, 2014.

SILVA, Roberta Alexandrina da; CÂMARA, Leonardo de Souza. "O projeto de estruturação da Ordem dos Frades Menores: o Testamento de Francisco de Assis". In: **Roda da Fortuna**. Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievo. 2016, Volume 5, Número 1, pp. 187-201.

SIQUEIRA, José Leôncio Ferreira de. **Trilhos: o caminho dos sonhos (memorial da Estrada de Ferro de Bragança)**. Bragança: edição do autor, 2008.